



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA
Processo Administrativo Nº 070/2014

Pedido de Licitação Nº 070, de 04/09/2014
E respectiva Minuta do Contrato

OBJETIVO: Contratação de pessoa Jurídica para execução da PRODUÇÃO MUSICAL DO HUNO DA CIDADE DE SANGÃO até 30/09/2014.

Especificações:

- Produção Musical e Editoração de Partiduras: R\$ 650,00
- Proposta de Instrumentos; Flautim, Flauta c, Clarinetes Bb, Sax AltoEB, Sax AltoEb, Sax Tenor Bb, Sax Barinoto, Trompas F, Trompete Bp, Tronbone Tenor C, Trombone Baixo C, Bombardino Bb, Tuba C, Baterias.
- Cache dos Músicos: R\$ 1.500,00
- Studio; (Captação, edição e masterização), agendamento projeto completo; R\$ 1.500,00

Total: R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais).

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sangão analisou a minuta do Contrato e anexos previamente e aprovou seu conteúdo, sob o aspecto meramente jurídico, para efeitos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei Nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, considerando o objeto do processo como um todo para fins de análise jurídica.

SANGÃO-SC, 04 de setembro de 2014.

RAPHAEL BIANCHINI DA SILVA
ADVOGADO – OAB/SC 16.683
Assessor Jurídico



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

Relatório

O Diretor de Tributos da Secretaria de Administração e Finanças solicitou parecer jurídico versando sobre a possibilidade de Contratação de pessoa Jurídica para execução da PRODUÇÃO MUSICAL DO HUNO DA CIDADE DE SANGÃO até 30/09/2014

Condições de Pagamento: parcela única. Vigência: até 31/12/2014. Valor estimado: R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais).

É o relatório. Passo ao parecer.

Parecer

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, regulamente que a regra geral para as contratações com o Poder Público, ocorram através de processo licitatório.

No entanto, há casos em que a regra abre exceções, seja por ausência de competitividade (inexigibilidade de licitação) seja porque há um interesse público maior que pode justificar a contratação sem a exigência destes procedimentos (licitação dispensável).

A Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, dispõe em seu artigo 24, inciso I e II, sobre a dispensabilidade do processo licitatório, no seguinte caso:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo 23, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo 23, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada ao inciso pela Lei nº 9.648, de 27.05.1998).

Desta forma, a lei estabelece que sejam observados dois requisitos para que a contratação possa ocorrer de forma direta:

- 1- Possuir valor no montante equivalente em até 10% (dez por cento) do limite previsto no artigo 23, II, a, da Lei 8.666/93.
- 2- Não se referir a parcelas do mesmo serviço que possa ser realizado de uma só vez.

Ante o exposto, cumprido os requisitos legais, concluímos ser possível a contratação de serviços de entrega de carnês de IPTU E Alvarás por DISPENSA DE LICITAÇÃO, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8.666/93.

E o parecer, s.m.j.

Município de Sangão, SC, 04 de setembro de 2014.

RAPHAEL BIANCHINI DA SILVA
ADVOGADO – OAB/SC 16.683
Assessor Jurídico



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO**

PARECER TÉCNICO

Ref.: SOLICITAÇÃO DE LICITAÇÃO nº 070/2014
Processo Administrativo Nº 070/2014

Conforme solicitação por parte da Comissão de Licitação, analisei o preço proposto pela empresa MANOEL LINDOLFO EUFRÁSIO, referente a Contratação de pessoa Jurídica para execução da PRODUÇÃO MUSICAL DO HUNO DA CIDADE DE SANGÃO até 30/09/2014, e concluí que o preço ofertado : R\$ 3.650,00 (três mil seiscientos e cinquenta reais), está em conformidade com o preço praticado no mercado.

SANGÃO-SC, 04 de setembro de 2014.

Zenir Alberto Scremin
Secretário Administração e Finanças



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

Processo Nº 070/2014

Assunto: Dispensa de Licitação Nº 019/2014

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

RECONHEÇO a dispensa de licitação, visando a Contratação de pessoa Jurídica para execução da PRODUÇÃO MUSICAL DO HUNO DA CIDADE DE SANGÃO até 30/09/2014, no Valor Global de R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais), com fundamento no Artigo 24, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável.

A consideração do Sr. Prefeito, para ratificação.

SANGÃO-SC, 04 de setembro de 2014.

Zenir Alberto Scremin
Secretário Administração e Finanças

RATIFICO a dispensa de licitação referente a Contratação de pessoa Jurídica para execução da PRODUÇÃO MUSICAL DO HUNO DA CIDADE DE SANGÃO até 30/09/2014, no Valor Global de R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais), com fundamento no Artigo 24 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, tendo em vista o parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sangão e instruído no Processo Administrativo Nº 065/2014

SANGÃO-SC, 04 de setembro de 2014.

Castilho Silvano Vieira
Prefeito Municipal de Sangão